

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício nº 354/2016-GP

Teresina (PI), 02 de maio de 2016.

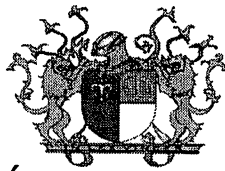
Exmº. Sr.
Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
DD. Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Conselho Nacional de Justiça
Brasília-DF

Senhor Ministro Presidente,

Cumprimentando-o, e em **resposta** ao despacho proferido por **Vossa Excelência**, nos autos do Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0001627-78.2014.2.00.0000, apresento-lhe a versão definitiva do Plano de Ação referenciado, nos arts. 3º, § 2º e 8º, da Resolução CNJ 194/2014, conforme documento anexo.

No ensejo, renovo-lhe votos de elevada consideração e apreço.


Desembargador **RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
Comitê Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau e Implementação da
Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau

Ofício nº 02/2016

Teresina (PI), 29 de abril de 2016.


Exmº. Sr.

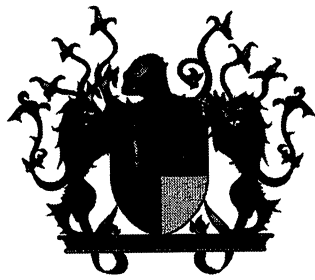
Desembargador **RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHOS**
DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Teresina-PI

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, e em complemento ao Ofício 01/2016 deste **Comitê Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau**, apresento a Vossa Excelência o Plano de Ação referenciado nos arts. 3º, § 2º e 8º da Resolução CNJ 194/2014, conforme documento anexo.

Atenciosamente,


Desembargador **RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS**
Presidente do Comitê Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau e
Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

PLANO DE AÇÃO

2015-2017

**Política Nacional de Atenção Prioritária
ao Primeiro Grau de Jurisdição**

COMITÊ GESTOR REGIONAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

PRESIDENTE

Desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filho

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho

CORREGEDOR

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

COMITÊ GESTOR REGIONAL

Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas (Presidente)

Manoel de Sousa Dourado (Juiz de Direito)

Ulysses Gonçalves da Silva Neto (Juiz de Direito)

Júlio César Meneses Garcez (Juiz de Direito)

Rodrigo Tolentino (Juiz de Direito)

Caroline Neiva Santos (Servidora)

Soraya Maria de Carvalho Arcanjo (Servidora)

Carlos Eugênio de Sousa (Servidor)

Maércio da Silva Maia (Servidor)

Sumário

1. Apresentação.....	4
2. Plano de Ação	6
3. Considerações Finais	12

1. Apresentação

O Primeiro Grau de Jurisdição é a porta de entrada do judiciário e onde estão 92% dos processos em tramitação, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça. A importância deste grau de jurisdição aponta para a necessidade de uma melhor equalização dos recursos disponíveis sejam eles físicos, tecnológicos ou humanos.

Neste sentido, o CNJ, através da Resolução nº 194 de maio de 2014 instituiu a **Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição** com o objetivo de implementar medidas concretas e permanentes que visem melhorar os serviços judiciários prestados pela primeira instância dos tribunais.

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, de maneira semelhante ao observado nos demais tribunais brasileiros, possui seu primeiro grau de jurisdição sobrecarregado e, por conseguinte, prestando serviços judiciários aquém da qualidade desejada.

Observando as evidências e em cumprimento as determinações do CNJ, o TJPI constituiu através da Portaria nº 2.593 de 06 de outubro de 2014 o **Comitê Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição** para conduzir o planejamento e acompanhamento das ações de priorização do primeiro grau.

Neste sentido, como primeira providência do comitê, foi elaborado este Plano de Ação que consolida as iniciativas de priorização do primeiro grau para o triênio 2015-2017 de forma a permitir uma visão clara do horizonte de entregas e esforços necessários para garantir o efetivo cumprimento das diretrizes estabelecidas na resolução 194 do CNJ.

O quadro de ações propostas no próximo capítulo está organizado de modo a contemplar as nove linhas de atuação propostas pelo CNJ. São elas:

1. Alinhamento ao Plano Estratégico
2. Equalização da força de trabalho
3. Adequação orçamentária
4. Infraestrutura e tecnologia
5. Governança colaborativa
6. Diálogo social e institucional
7. Prevenção e racionalização de litígios
8. Estudos e pesquisas
9. Formação continuada

O presente Plano de Ação segue, portanto, como um instrumento norteador que, alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional, visa o aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade e da efetividade dos serviços judiciários na primeira instância no TJPI.

2. Plano de Ação

LINHA DE ATUAÇÃO 01: DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO					
AÇÃO	PRODUTO	RESPONSÁVEL	BENEFÍCIOS PARA O 1º GRAU	PRAZO	
				INICIAL	FINAL
1ª Revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Piauí	Planejamento Estratégico alinhado à Política de Priorização de 1º Grau	Presidência, Secretaria Geral e Secretaria de Planejamento	Contemplação de prioridades do primeiro grau	2015	2015
2ª Revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Piauí	Planejamento Estratégico alinhado à Política de Priorização de 1º Grau, às novas resoluções do CNJ e ao novo CPC	Presidência, Corregedoria, Secretaria Geral, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	Contemplação de prioridades do primeiro grau	2016	2016

LINHA DE ATUAÇÃO 02: DA EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO					
AÇÃO	PRODUTO	RESPONSÁVEL	BENEFÍCIOS PARA O 1º GRAU	PRAZO	
				INICIAL	FINAL
Alterar a Lei Complementar nº 115/2008 para extinguir cargos no 2º grau e criá-los no primeiro grau	Lei Complementar nº 115/2008 alterada	Presidência, Corregedoria, Secretaria Geral e Secretaria de Planejamento	Aumento de produtividade das unidades judiciárias do 1º grau, com o aumento do número de assessores jurídicos.	2014	2015
Realizar concurso para estagiários de direito	Concurso realizado e estagiários convocados	Presidência, Secretaria Geral e Secretaria de Administração	Aumento de produtividade das unidades judiciárias do 1º grau, com a designação de estagiários.	2014	2016
Realizar concurso para servidores	Concurso realizado e servidores convocados	Presidência, Secretaria Geral e Secretaria de Administração	Aumento de produtividade das unidades judiciárias do 1º grau, com a nomeação de servidores	2015	2017

Realizar concurso para juízes	Concurso realizado e juízes convocados	Presidência, Secretaria Geral e Secretaria de Administração	Aumento de produtividade das unidades judiciárias do 1º grau, com a nomeação de juízes	2015	2017
Realizar concurso para juízes leigos e conciliadores	Concurso realizado e juízes leigos e conciliadores convocados	Presidência, Secretaria Geral e Secretaria de Administração	Aumento de produtividade das unidades judiciárias do 1º grau, com a designação de juízes leigos e conciliadores	2015	2016
Contratar terceirizados	Terceirizados contratados	Presidência, Secretaria Geral e Secretaria de Administração	Aumento de produtividade das unidades judiciárias do 1º grau, com mão de obra terceirizada	2014	2015
Elaborar Plano de Ação de distribuição da força de trabalho disponível	Plano de Ação	Presidência, Comitê Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição	Racionalização da distribuição da força de trabalho disponível	2016	2016

LINHA DE ATUAÇÃO 03: DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
AÇÃO	PRODUTO	RESPONSÁVEL	BENEFÍCIOS PARA O 1º GRAU	PRAZO	
				INICIAL	FINAL
Auxiliar a Administração na elaboração da proposta orçamentária e execução do orçamento (Resolução 195/14 do CNJ)	Proposta orçamentária elaborada com o auxílio do Comitê de Priorização do Primeiro Grau	Comissão do Orçamento e Comitê de Priorização do Primeiro Grau	Distribuição do orçamento proporcional à demanda	Ação Permanente	
Realizar estudo para verificar a adequação da metodologia de formulação e organização do orçamento do TJPI observando a resolução 195 e o alinhamento com o planejamento estratégico	Relatório do Estudo	SEPLAN, CNJ, Órgão Externo	Construção de orçamentos com garantia de reserva de recursos para ações de priorização do 1º grau.	2016	2016

LINHA DE ATUAÇÃO 04: DA INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA					
AÇÃO	PRODUTO	RESPONSÁVEL	BENEFÍCIOS PARA O 1º GRAU	PRAZO	
				INICIAL	FINAL
Atualizar o parque tecnológico de <i>Datacenter</i> (equipamentos para infraestrutura de TIC)	Parque tecnológico de <i>Datacenter</i> atualizado	Presidência, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, FERMOJUPI e Secretaria de Planejamento	Aumento da disponibilidade dos sistemas de primeiro grau, viabilização de novos sistemas e implantação do PJe.	2015	2016
Atualizar o parque tecnológico de microinformática (equipamentos para o usuário final)	Parque tecnológico de microinformática atualizado	Presidência, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, FERMOJUPI e Secretaria de Planejamento	Incremento de produtividade em decorrência da melhoria das ferramentas de trabalho	2015	2016
Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe)	Processo Judicial Eletrônico (PJe)	Presidência, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, FERMOJUPI e Secretaria de Planejamento	Aumento da produtividade	Jun/2014	Dez/2016 995
Desenvolver o Portal do Advogado	Portal desenvolvido	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	Celeridade no andamento dos processos	2014	2015
Aprimorar o sistema de correção	Sistema aprimorado	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Corregedoria	Melhor controle nos trabalhos de correção	Dez/2014	Mar/2015
Implantar o Diário Eletrônico da Justiça	Diário Eletrônico implantado	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Corregedoria, Secretaria Geral e OAB	Automatização das publicações no Diário da Justiça	Mai/2015	Fev/2016
Estudo preliminar sobre a viabilidade de migração dos dados existentes nos sistemas PROJUDI, ThemisWed e e-TJ para o PJ-e	Relatório do Estudo	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	Definir o caminho a ser seguido para manutenção de um sistema processual único	2017	2017

LINHA DE ATUAÇÃO 05: DA GOVERNANÇA COLABORATIVA					
AÇÃO	PRODUTO	RESPONSÁVEL	BENEFÍCIOS PARA O 1º GRAU	PRAZO	
				INICIAL	FINAL
Fortalecer os comitês e as comissões de caráter permanente	Comitês e comissões fortalecidos	Presidência, Corregedoria, Secretaria Geral e Secretaria de Planejamento	Maior participação nas tomadas de decisões estratégicas	2015	2017
Instituir a rede colaborativa interna do TJPI para atuar na organização e gestão das informações e deliberações dos comitês e comissões de caráter permanente.	Rede colaborativa instituída	Presidência, Corregedoria, Secretaria Geral e Secretaria de Planejamento	Maior participação nas tomadas de decisões estratégicas	2016	2017
Promover encontros periódicos entre todos os comitês e comissões existentes para uma maior interação e publicidade de suas atribuições e deliberações	Encontros Realizados e interação promovida	Presidência, Corregedoria, Secretaria Geral, Escola do Judiciário e Secretaria de Planejamento	Melhoria da comunicação das ações institucionais	2016	2017
Criar e alimentar espaço virtual no portal da estratégia para cada comitê e comissão de caráter permanente	Espaço virtual criado e alimentado no portal da estratégia	Secretaria de Planejamento, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Comitês e Comissões de caráter permanente	Disponibilização das informações pertinentes (pautas, atas, deliberações, etc) Garantia do aspecto de continuidade e transparência dos atos	2016	2017

LINHA DE ATUAÇÃO 06: DO DIÁLOGO SOCIAL E INSTITUCIONAL					
AÇÃO	PRODUTO	RESPONSÁVEL	BENEFÍCIOS PARA O 1º GRAU	PRAZO	
				INICIAL	FINAL
Implantar o Portal da Estratégia	Portal implantado	Secretaria de Planejamento	Informação, transparência e espaço de diálogo social e	2015	2015

			institucional acerca das ações e resultados		
Realizar Audiências Públicas sobre a priorização do primeiro grau no TJPI	Audiências públicas realizadas e coleta de iniciativas para serem observadas e contempladas nas revisões do Planejamento Estratégico	Presidência, Corregedoria, Secretaria de Planejamento e Escola do Judiciário	Maior diálogo social e institucional	2016	2017
Implantar as audiências de custódia	Audiências implantadas	Presidência, Corregedoria, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	Garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante	2015	2015
Criação de mecanismo informatizado que permita a visualização pública dos dados referentes aos números do TJPI (Justiça em Números, Metas Nacionais, etc) por unidade	Sistema "TJPI em Números"	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	Maior transparência e facilidade para identificação das deficiências a serem resolvidas	2016	2017

LINHA DE ATUAÇÃO 07: DA PREVENÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE LITÍGIOS					
AÇÃO	PRODUTO	RESPONSÁVEL	BENEFÍCIOS PARA O 1º GRAU	PRAZO	
				INICIAL	FINAL
Implementar mecanismo que possibilite a identificação de processos de litigância serial	Alterações nos sistemas informatizados	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	Melhoria da gestão das ações repetitivas	2015	2016
Realizar regimes especiais de trabalho de indulto da VEP na capital	Mutirões realizados	Presidência e Corregedoria	Exame de processos de execução penal em que os apenados possam ser beneficiados pelas disposições do Decreto nº 8.380, de 24/12/2013	2015	2016
Realizar mutirões de reexame de processos de presos provisórios	Mutirões realizados	Presidência e Corregedoria	Atender a determinação do CNJ, para diminuir a população carcerária no Piauí	2015	2016

Adesão à Campanha Nacional "Justiça pela paz em casa"	Campanha realizada	Presidência, Corregedoria, NUPEMEC e Justiça Itinerante	Combate à violência doméstica e ações sociais de prevenção	2015	2016
Realizar regime especial de trabalho nas varas criminais da capital	Regime especial de trabalho realizado	Presidência e Corregedoria	Instrução de processos com realização de audiências e sentenças envolvendo réus	2015	2016
Expandir os Centros Judiciários	Novos Centros Judiciários	Presidência e Corregedoria	Desjudicialização	2016	2017
Criação de núcleos regionalizados de força tarefa para auxílio às unidades	Núcleos Regionalizados	Presidência e Corregedoria	Correção de distorções em unidades com grande demanda processual e acervo	2016	2017
Criação do Núcleos de Adoção	Núcleos de Adoção	Presidência e Corregedoria	Maior suporte às questões que envolvem adoção	2016	2017

LINHA DE ATUAÇÃO 08: DOS ESTUDOS E PESQUISAS					
AÇÃO	PRODUTO	RESPONSÁVEL	BENEFÍCIOS PARA O 1º GRAU	PRAZO	
				INICIAL	FINAL
Realizar <i>Workshops</i> de Ciências Criminais	<i>Workshops</i> realizados	Presidência, Corregedoria e Escola do Judiciário	Discussão de matérias relevantes e elaboração de enunciados representativos do pensamento majoritário dos magistrados	2015	2016
Realizar estudos sobre a organização administrativa e judiciária do TJPI e melhor distribuição da força de trabalho entre primeiro e segundo graus e entre as unidades judiciárias de primeiro grau	Estudos realizados	Presidência, Corregedoria, Secretaria Geral, Secretaria de Administração e Secretaria de Planejamento	Otimização dos processos de trabalho e melhor distribuição da força de trabalho	2015	2016
Realizar pesquisa para medir o índice de satisfação com o judiciário	Relatório da Pesquisa	Presidência, SEPLAN	Obter informações sobre como a sociedade enxerga o judiciário e que pontos precisam ser melhorados	2016	2016

Realizar o Fórum dos Juizados Especiais do Piauí (FOJEPI)	Evento realizado	Presidência, OAB	Troca de experiências em torno de rotinas de trabalho e fomento a melhoria da prestação jurisdicional nos JECCS.	2016	2017
Realizar estudo para identificar quais cursos poderiam ser oferecidos pela EJUD que trariam maior impacto para o 1º grau de jurisdição.	Grade de cursos	Escola do Judiciário	Melhoria em diversas áreas para o 1º grau de jurisdição.	2016	2016

LINHA DE ATUAÇÃO 09: DA FORMAÇÃO CONTINUADA					
AÇÃO	PRODUTO	RESPONSÁVEL	BENEFÍCIOS PARA O 1º GRAU	PRAZO	
				INICIAL	FINAL
Realizar cursos de qualificação para servidores de 1º grau	Cursos realizados	Presidência, Corregedoria, Secretaria de Administração, Escola do Judiciário e Secretaria de Planejamento	Capacitação continuada dos servidores nas áreas meio e fim de primeiro grau	2015	2016
Realizar congressos regionais com temas pertinentes à melhoria da prestação jurisdicional	Congressos realizados	Presidência, Corregedoria, Secretaria de Administração, Escola do Judiciário e Secretaria de Planejamento	Capacitação continuada dos servidores nas áreas meio e fim de primeiro grau	2015	2016

3. Considerações Finais

O TJPI tem buscado incrementar a participação de servidores e magistrados de primeiro grau em suas ações administrativas. Neste sentido, conforme preconiza o disposto na Resolução nº 194 do CNJ, os membros do Comitê Gestor Regional foram escolhidos tanto através de indicação do Tribunal Pleno, quanto por votação direta entre magistrados de primeiro grau e servidores, indicação pela Associação dos Magistrados do Piauí e indicação pelo Sindicato dos Servidores do Judiciário.

Esta representatividade permite que diferentes pontos de vista sejam considerados no trabalho realizado pelo comitê resultando na elaboração de ações mais efetivas e em um melhor acompanhamento das mesmas.

O Comitê Gestor Regional tem, portanto um papel de maior relevância para o futuro do TJPI e para o fortalecimento do primeiro grau de jurisdição. Sua atuação objetiva o aprimoramento dos procedimentos e a melhoria na distribuição dos recursos necessários ao aumento da qualidade, celeridade, eficiência e efetividade dos serviços judiciários da primeira instância.

Vale salientar a necessidade de destinação dos recursos orçamentários necessários a viabilização das ações aqui propostas. Neste sentido, o CNJ orienta que os recursos necessários devem ser previstos e devidamente identificados na proposta orçamentária do tribunal.

Por fim, é importante reforçar que este Plano de Ação não é estático e deve passar por revisões periódicas, considerando as possíveis mudanças de cenário. Reuniões periódicas do Comitê Gestor Regional devem ser realizadas para acompanhar a execução do plano e observar a necessidade de ajustes.